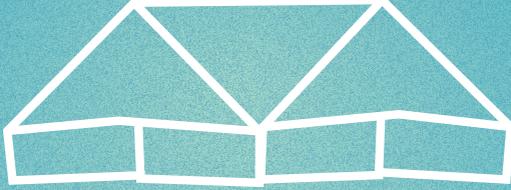


Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do Paraná



A escola PÚBLICA é NOSSA!

Ano XXXIII
Edição Especial

FEVEREIRO DE 2023

LEIA NESTA EDIÇÃO:

PÁG.
2 **Editorial**

PÁG.
3 **Entrevista Teresa Leitão**

PÁG.
4 **Gestão democrática**

PÁG.
6 **Pautas da carreira**

PÁG.
7 **Desbarbarizar a educação**

**CONTRA
CAPA** **Sugestões culturais e pedagógicas**

Acesse esta edição
pelo seu celular:



EDITORIAL

A escola pública é nossa!

Esta não é apenas uma afirmação, é uma palavra de ordem que ao longo dos últimos anos foi criando corpo e será ainda mais usada neste 2023, que chega com suas agruras e esperanças.

Mas se é nossa, como queremos que esta escola seja? Queremos que ela viva! Que nela a semente do conhecimento germine. Encontre o terreno fértil para crescer. Crescer e desabrochar. Uma planta que não sirva somente para embelezar, mas que também seja abrigo. Proteção para os tempos difíceis. Um espaço onde seja possível construir relações sociais emancipatórias. Para superar as tempestades do obscurantismo.

A escola pública é nossa! Do coletivo, plural e diversa. Somos nós, funcionários(as), professores(as), pedagogos(as), direção, estudantes, que a construímos. Somos nós que levantamos diariamente as paredes do saber. Onde os tijolos são as palavras. As portas são os livros, prontos para apresentar um mundo novo a quem passa por eles. As salas não são locais fechados, ao contrário, nos dão abertura para voar longe sem sair do lugar.

A escola pública é nossa! Ela materializa a diversidade e a liberdade através de conceitos complexos, porque educar é mais que dominar técnicas, métodos e teorias. É manter-se numa escuta sempre renovada. Essa leitura nunca acaba, como afirma



Foto: QUEM.TV / APP-Sindicato

Paulo Freire, pois parte da afirmação do sujeito na inaudível preocupação com a humanização.

A escola pública é nossa! E reafirmamos este conceito no enfrentamento às políticas de destruição impostas pelo governo Ratinho Jr através do gerenciamento empresarial adotado pela Seed, ao cobrar resultados sem ver o sujeito, ao cobrar cumprimento de metas sem valorizar a vida, ao exigir números sem se preocupar com o ser humano.

A escola pública é nossa! É nosso espaço social de trabalho, seja dentro da sala de aula ou em outros espaços como o laboratório, a secretaria, a cozinha, o pátio, a biblioteca. É no conhecimento e na consciência política que redefinimos as escolhas pedagógicas, pois a escola sozinha não reverte os processos de desumanização, mas contribui para não reforçar e superá-los. Sendo assim, é preciso compreender o momento histórico que vivemos e reorganizar nosso processo de luta.

Nesta Edição Pedagógica vamos apresentar uma entrevista com Teresa Leitão, que traça um panorama da Educação nacional, seus desafios e perspectivas. Em seguida, apresentamos um retrato da educação paranaense depois de quatro anos com o empresário Renato Feder à frente da Seed e o que teremos adiante neste próximo período, em que nosso principal objetivo é a reconstrução da educação que queremos. Na sequência abordaremos o tema do fascismo, que se revela-se na violência diária na escola e na sociedade. Apresentamos ainda os principais pontos da nossa pauta de reivindicações e os itens centrais de disputa. Propomos também que se faça um debate na escola sobre nossa organização sindical, o espaço para os temas da categoria e a eleição dos nossos representantes sindicais, que farão a ponte entre o sindicato e o coletivo de professores(as) e funcionários(as). E finalizamos esta edição com a formação cultural, sugerindo temas que podem ser trabalhados nas escolas, bem como QR Codes que levam você a acessar nossas diversas publicações das edições pedagógicas.

Se queremos plantar a esperança e voar pelo céu do conhecimento, temos que lutar para edificar esse lugar. E é a nós que cabe essa responsabilidade. Afinal,

A ESCOLA PÚBLICA É NOSSA!

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiação à CUT e à CNTE. Av. Iguazu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Presidente: Walkiria Olegário Mazeto | **Secretário de Comunicação:** Daniel Nascimento Matoso | **Secretária Executiva de Comunicação:** Cláudia Gruber | **Jornalistas:** Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ) e Luiz Damasceno (MTb 14325) | **Diagramação:** Rodrigo Romani | **Edição de vídeos:** Luan Pablo Romero de Souza.

Impressão: WL Impressões | **Tiragem:** 40.000 exemplares.

Gestão APP Unida e Forte – Em Defesa da Escola Pública (2021-2025): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Celso José dos Santos [Secretário Geral], Elio da Silva [Secretário de Finanças], Simone Regina Chechi [Secretária de Administração e Patrimônio], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Maria Adelaide Mazza Correia [Secretária de Aposentados(as)], Márcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana [Secretária Educacional], Nádia Aparecida Brixner [Secretária Executiva Educacional], Silvana Prestes Rodaewski [Secretária de Formação Política Sindical e Cultura], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultura], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Tais Adams Gramowski [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Elizabete Eva Almeida Dantas [Secretária de Funcionários(as)], Margleyse Adriana dos Santos [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotcoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência] e Nilton Aparecido Stein [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato



@appsindicato

Outra educação é possível: entrevista com a senadora Teresa Leitão

O governo Ratinho Jr continua, mas o novo governo federal sinaliza mudanças significativas no Brasil e impactos positivos para a educação do estado. Para entender os rumos da pasta no governo Lula, a APP entrevistou Teresa Leitão, professora pernambucana, ex-dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), deputada estadual e agora senadora pelo PT (PE). Teresa integrou a equipe de transição de governo que analisou a situação do MEC no final da gestão Bolsonaro e recomendou uma série de medidas ao governo Lula, que nomeou Camilo Santana, ex-governador e senador do Ceará, para o Ministério.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BNCC

Teresa - Temos que mexer nesse tal do Novo Ensino Médio. Muitos governadores aderiram e a implantação é quase universal, mas com falhas e lacunas curriculares gritantes que persistem até na área das exatas, que os articuladores da reforma dizem ser prioridade. A parte de conteúdos mais críticos, vinculados à Filosofia, à Sociologia, às Ciências Humanas, entre outras disciplinas, não existe. Os itinerários formativos, que agora estão chamando de trilhas formativas, são um estelionato pedagógico. Dizem que o aluno tem o direito de escolher entre as quatro, mas nenhuma escola é obrigada a oferecer as quatro. Ou o aluno escolhe a trilha em uma escola distante, ou em uma escola mais acessível com um itinerário que não é o que ele queria. Mas há uma reação do terceiro setor e essa, para mim, é a grande problemática do Ministério da Educação. Eles (entidades do terceiro setor) participaram da transição e quando a gente falou em revogar a BNCC, revogar o Novo Ensino Médio, revogar a resolução do Conselho Nacional de Educação que diz respeito à formação dos(as) professores(as), ficaram apavorados. Nós colocamos a revogação no horizonte. Ela não vai poder se dar logo agora, mas ela está no horizonte. A mesma coisa em relação ao Novo Ensino Médio. Temos que iniciar um debate e formalizar uma proposta de Ensino Médio construída de forma coletiva. É isso que está contido no nosso relatório e que a gente deseja que o MEC observe e considere.

ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO

Teresa - Herdamos uma vulnerabilidade orçamentária imensa. A PEC que foi aprovada retira do Teto de

Gastos R\$ 145 bilhões para garantir o Bolsa-Família, que tem um vínculo com a educação, incluindo a proposta do presidente Lula de R\$ 150 por criança com até seis anos de idade, justamente a fase da educação infantil. Também está previsto um reajuste no repasse da merenda, que hoje é de R\$ 0,32 por aluno(a). Mas o que está previsto no orçamento para a educação ainda é pouco, não chega a R\$ 12 bilhões. A gente acha que o necessário, para início de conversa, seria R\$ 15 bilhões. Isso vai ter que ser revisto com emendas orçamentárias.

MERCANTILIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

Teresa - As fundações privadas estão muito atentas para se apresentarem não só como alternativa, mas sobretudo para terem acesso a recursos públicos. Defendem uma proposta pedagógica baseada na mercantilização, na meritocracia, nos bônus. Esquecem o plano de carreira, esquecem o aspecto público da educação e querem tratar a coisa com essas parcerias público-privadas. Os municípios e os estados têm autonomia, mas isso não pode virar política educacional do MEC. Contra isso nós vamos batalhar fortemente, porque a disputa pelos fundos públicos vem acontecendo e eles se organizam através de entidades como o Todos Pela Educação para ter acesso aos recursos e intervir na política educacional através da organização curricular, da BNCC e da formação de professores(as), para implementar uma política educacional como a que Ratinho implementa aí. Ratinho vai ter um susto, porque nós vamos revogar o decreto das escolas civico-militares. Isso aí é pacificado.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Teresa - A tecnologia não substitui o(a) professor(a). Isso a pandemia deixou evidenciado. Mas os recursos podem ser um suporte, desde que não haja exclusão, desde que todos tenham acesso e não seja simplesmente uma compra de plataformas. Defendemos uma utilização inserida no projeto político-pedagógico da escola, com autonomia pedagógica, e não vir aquela receitinha, aquelas aulinhas prontas, empacotadas, como essas fundações gostam de fazer.

PISO E EQUIPARAÇÃO

Teresa - Tem uma meta do Plano Nacional de Educação que trata do avanço paulatino dos salários dos(as)



Foto: Roberto Soares/Alepe

professores(as) que têm nível Superior para equiparar com outras categorias. A maioria dos(as) professores(as) do Brasil tem nível Superior. Se você exige nível Superior para o exercício da profissão, por que não equipara o salário? Aí veio a alternativa do Piso. O Piso é para nível Médio. O Piso é um valor que nenhum professor de nível Médio, em início de carreira, com 40 horas semanais, pode ganhar menos. Mas as administrações passaram a tratar o Piso como salário único ou como teto. Aí não tem o desenvolvimento da carreira e isso nós não podemos aceitar. Essa é a grande discussão e o grande desafio que a gente está colocando para o MEC.

PISO PARA FUNCIONÁRIOS(AS) DE ESCOLA

Teresa - A ex-senadora Fátima Cleide (PT-RO) apresentou Projeto de Lei que considera profissionais de educação todos os(as) trabalhadores(as) que atuam na escola, rumo à profissionalização destes segmentos. E se há uma profissionalização, com formação exigida, com jornada de trabalho determinada, tem que haver também o Piso. O Plano de Carreira tem que incorporar não só o Magistério, mas todos os(as) trabalhadores(as) da Educação.

CAMILO SANTANA NO MEC

Teresa - Camilo é senador eleito com mais de 60% dos votos, foi governador do Ceará por duas vezes e elegeu seu sucessor logo no 1º turno. Portanto, perfil de gestor ele tem. Se o ministro formar uma equipe que dialogue com os(as) trabalhadores(as) da educação, se tiver atenção ao programa de governo, se tiver atenção ao balanço da educação brasileira, um documento produzido em parceria com o núcleo de educação da Câmara e o CAEd, se tiver atenção aos pontos de alerta que colocamos no relatório, ele fará uma bela gestão. O governo Bolsonaro fez uma destruição tão grande que parece que apertou um botão para acabar com todos os avanços do MEC. É preciso primeiro desconstituir os mal-feitos, para então construir aquilo que Lula tem anunciado. A sociedade precisa da educação como um elemento de formação crítica e de formação da cidadania, como um elemento que vai despertar a consciência que tentaram amordaçar. Vamos ter que construir outra concepção de educação, que observa os direitos, o respeito, o senso crítico e a liberdade de cátedra.

A Gestão Democrática e a defesa da Escola Pública no Paraná

Na luta por Democracia, a gestão democrática da educação se constituiu em uma bandeira de luta, que transcende os muros da escola e se articula à luta pela transformação da sociedade, entendendo que a realização plena da educação pública, universal e de qualidade social está condicionada à superação de antagonismos sociais.

Como essa luta se dá no contexto da sociedade capitalista, é fundamental enxergar e compreender o movimento da direção das políticas educacionais, a partir da análise do movimento econômico e da sua relação com o movimento do Estado.

O movimento econômico do capitalismo, desde a chegada do neoliberalismo ao Brasil nos anos 90, aprofundado no último período pós golpe de 2016¹, intensificou a manutenção de uma lógica mercantilista, a partir das diretrizes de agências econômicas mundiais. Passou a disputar o Estado e as políticas educacionais dos governos brasileiros e constituiu um cenário de grandes embates para o movimento social, que nunca se furtou a fazer a resistência e

organizar a luta disputando, também, o papel do Estado.

Nesta lógica mercantilista, o Estado adota um perfil gerencial, concebendo as políticas sociais, entre elas a educação, como um serviço e não um direito social. A educação é vista como uma atividade não exclusivamente estatal, podendo ser executada por agentes privados, subsidiada e regulamentada pelo Estado.

O Paraná caminha a passos largos para o desmonte educacional desde a gestão do ex-governador Beto Richa e, agora, do atual governador Ratinho Jr. A lógica mercantil tornou-se o centro da educação, com diversas medidas que estão levando, cada vez mais, à transferência de responsabilidades do Estado à iniciativa privada.

É uma evidente escolha de rumos do governo, que prioriza o livre mercado e atua em busca de lucros, contra a ideia de defesa e fortalecimento do Estado e da educação como política pública. Desmontar a escola pública e a perspectiva da formação cidadã é parte essencial do avanço da desresponsabilização estatal, por meio

do deslocamento da gestão escolar e de recursos públicos para a comunidade empresarial.

Dentro dessa visão de produtividade, o governo adotou o Programa Escola Parceira, que terceiriza a gestão escolar para empresas educacionais por meio de um credenciamento gerenciado pelo serviço social autônomo Paranaeducação. Na ótica neoliberal, o governo Ratinho Jr justifica o projeto pela incapacidade de gerir com eficiência as 2,1 mil escolas estaduais. Além de ser um negócio extremamente lucrativo para as empresas é também uma forma de exercer o controle no sentido de obter resultados meritocráticos a qualquer custo, afastando a escola da sua função social.

A luta social organizada a partir da ação articulada entre comunidade, categoria, APP-Sindicato e estudantes impediu que 25 das 27 escolas selecionadas aderissem ao programa. Foi uma importante vitória, mas ainda há um caminho a ser percorrido para derrotar de vez o projeto privatista no Paraná.

As políticas educacionais tomam forma e se materializam no cotidiano



Fotos: Comunicação APP

da escola, reafirmando uma cultura escolar que pode reproduzir e fortalecer a lógica de poder hierárquica e hierarquizante, ou superá-las. Por isso, a defesa da gestão democrática é acima de tudo uma disputa hegemônica para além do espaço escolar. É também uma disputa de concepção e organização de Estado.

¹ Em 2016 um golpe parlamentar afasta a Presidenta da República Dilma Rousseff (PT), democraticamente eleita e dá posse ao seu vice, Michel Temer.

A disputa pelo currículo que conscientiza, emancipa e transforma

Para a efetivação do modelo neoliberal, o currículo é um instrumento fundamental. Como nos ensinam o professor Miguel Arroyo e outros autores, o currículo é um "território em disputa", uma vez que ali se concentram as práticas, os comportamentos, os valores, os conteúdos, enfim, toda a vida escolar. No caso da política educacional do Paraná, a proposta final é conformar o sujeito a partir de uma nova racio-

nalidade. A centralidade da formação é difundir a ideia do empreendedorismo como a saída para o futuro daqueles e daquelas que buscam, ou muito em breve buscarão, a sua sobrevivência, num contexto de desigualdades e desemprego estrutural.

Essa concepção atua em detrimento da formação integral do sujeito, cuja base é o acesso ao conhecimento histórico e socialmente produzido. Nesta lógica, algumas disciplinas

são substituídas por componentes curriculares desvinculados de fundamentação teórico-metodológica, para atender às competências exigidas pelo mercado. Desta forma, disciplinas como Arte, Filosofia e Sociologia são preteridas frente a Pensamento Computacional, Educação Financeira e Projeto de Vida.

No sentido de contraposição a essa racionalidade mercantil na educação básica, lutamos:

- a) Pela valorização das disciplinas humanísticas na organização curricular do Ensino Médio, em virtude de se constituírem em instrumentos fundamentais para o autoconhecimento e leitura do contexto social;
- b) Pela garantia de que o trabalho, entendido como produção da existência humana e enquanto princípio da organização da ação pedagógica, deve orientar a concepção na qual

se fundamentam os conteúdos, os métodos de ensino e as avaliações, superando a fragmentação da formação técnica e acadêmica hoje ainda presente, tanto na organização curricular, como nas formas de oferta do Ensino Médio e profissional;

c) Por currículos e propostas pedagógicas com unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico.

Uma educação pública, democrática e de qualidade se constrói a par-

tir da definição da melhor formação para os(as) sujeitos da escola pública que possuem uma ampla diversidade - estudantes oriundos da classe trabalhadora, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nesse sentido, como nos lembram as Diretrizes Curriculares da Educação Básica-PR, a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação que permitam aos(as) professores(as) e estudantes se conscientizarem e se emanciparem, contrapondo-se às formas alienantes e colonialistas de educação.



Esperançar por um novo tempo!

Desde o golpe de 2016, o conjunto das forças progressistas não assistiu passivamente ao desmonte do Estado Democrático. Ao contrário, fez a resistência necessária pela retomada da democracia e a reconstrução da soberania nacional com justiça social.

Na educação, essa força mobilizadora se articulou em torno do Fórum Nacional Popular de Educação. Composto por entidades sindicais, movimentos sociais e segmentos da sociedade, realizou duas conferências nacionais (2018 e 2022). O acúmulo dos debates resultou em um Documento Referência, com propostas da sociedade para a reconstrução da educação pública no Brasil.

Diante da nova conjuntura, com o mandato democrático e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a defesa da classe trabalhadora, dos espaços de participação coletiva e da retomada dos avanços, em especial no direito à educação, encontra boas perspectivas.

Estas mudanças dependem, em grande parte, da política educacional. A reconstrução iniciada no Ministério da Educação (MEC), com a recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), a recriação do Ministério da Igualdade Racial (MIR), do Ministério das Mulheres, a inédita criação do Ministério dos Povos Indígenas e toda a reorganização da estrutura de governo,

nos leva a acreditar na expectativa de que a Educação desempenhará sua dimensão integral articulada com os demais setores de governo.

No entanto, como alerta a CNTE, em nota publicada no dia 12 de janeiro, a composição do MEC indica um alinhamento à pauta mercadológica das fundações privadas e está na contramão do acúmulo dos debates dos movimentos sociais e não corresponde ao programa de governo apresentado pela Federação Brasil da Esperança. Nessa perspectiva de que a Educação tem função transformadora, nosso Esperançar é por um "MEC democrático, plural e emancipador e com representantes da sociedade civil(..)" (CNTE,2023).

A APP-Sindicato reafirma o compromisso pela defesa da educação pública conforme expressa a "Carta de Natal", aprovada na Conferência Nacional Popular de Educação de 2022, (appsindicato.org.br/carta_de_natal), que entre outros pontos apresenta:

1. *Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos);*
2. *Revogação das privatizações e pelo resgate dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para o financiamento da educação pública estatal;*
3. *Defesa, monitoramento e consolidação do Plano Nacional de Educação;*
5. *Efetiva implementação do Fundeb para a educação pública, com a materialização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ);*



Encerramento da CONAPE 2022

Foto: Jordana Mercado

6. *Revogação da Base Nacional Comum Curricular, do Novo do Ensino Médio e da militarização de escolas;*

7. *Garantia da implantação do Piso Salarial Profissional Nacional e de planos de carreira para os(as) trabalhadores(as) da educação;*

10. *Defesa da educação integral, com gestão democrática e inclusão social, assegurando condições de trabalho, valorização profissional e respeito à diversidade;*

11. *Contra todas as formas de privatização, desqualificação, bloqueios e cortes orçamentários na educação.*

Conforme nos orienta o companheiro Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Esperança*, sigamos com o Esperançar, em movimento e mobilizando amplos setores da população no sentido da construção da sociedade que coletivamente sonhamos, com a retomada e reconstrução da escola pública, democrática e de função social.

Organize sua escola e faça parte da luta

No contexto desse movimento de organização da luta coletiva, é fundamental a participação de cada escola na luta sindical, com a eleição da comissão sindical escolar, composta por representantes de trabalhadores(as).



Visualize o QRCode ao lado para imprimir a ata da eleição e depois a envie ao seu Núcleo Sindical.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GENTILI, Pablo. *Adeus à Escola Pública: A desordem Neoliberal, a Violência do mercado e o destino da Educação das Maiorias*. In GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da Exclusão*. 2.ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.



Confira o andamento das pautas e lutas da carreira dos(as) educadores(as)

Piso do Magistério

Luta central no início de 2023, a aplicação integral do reajuste do Piso - calculado em 14,95% - é uma pauta que deve unificar a categoria. Não aceitaremos manobras do governo Ratinho Jr e lutaremos pela implantação do piso em todos os níveis e classes da tabela salarial. Piso não é teto!

Piso para funcionários(as)

A APP também reivindica isonomia no reajuste do piso para os(as) funcionários(as) de escola: 14,95% para todos(as)! Embora a lei nacional especifique os(as) professores(as), o novo Fundeb prevê 70% dos recursos para o pagamento da folha de todos(as) os(as) profissionais da educação. A luta contra a terceirização também continua.

Concursos públicos

O fortalecimento das carreiras de Estado e a realização imediata de concurso público para todos(as) os(as) profissionais da educação é pauta permanente da APP-Sindicato. A realização de processos "simplificados" que submetem os(as) PSS a provas periódicas e demandas cada vez mais abusivas precisa ter fim e dar lugar à estabilidade profissional.

Isenção para aposentados(as)

Com ato estadual e intensa mobilização em 2022, ganhou força a luta dos(as) aposentados(as) pelo fim do brutal desconto previdenciário. A APP reivindica a isenção da taxa para todos(as) os(as) beneficiários(as) que recebem abaixo do teto do INSS, pauta considerada prioritária em 2023.

Data-base JÁ

As paralisações e mobilizações de 2022, bem como a articulação do Sindicato com a Assembleia Legislativa, garantiram um feito inédito desde 2015. A **Lei Orçamentária Anual** prevê parte dos recursos para pagar a Data-Base deste ano. Conforme a Lei da Data-Base, o índice da reposição da inflação é definido no final de abril e aplicado na folha de maio. A previsão assegura outro patamar para a campanha salarial de 2023 e nossa briga será para conquistar um índice maior de reajuste.



Fotos: APP-Sindicato

#FicaArtePR

Em plena véspera de Natal, a Secretaria da Educação tentou tirar a partir de uma nova matriz curricular as aulas de Arte dos 8º e 9º anos. Após a ampla mobilização da APP-Sindicato, educadores(as) e comunidade escolar, a Secretaria de Estado de Educação (Seed) recuou e manteve a disciplina nas escolas estaduais paranaenses. A decisão é uma vitória dos(as) trabalhadores(as) da educação.



Vitória contra a privatização

Ratinho Jr e Renato Feder também aproveitaram o fim do ano para tentar privatizar 27 escolas estaduais. Mas esbarraram na mobilização da comunidade escolar, que disse um sonoro NÃO à entrega da gestão de 25 escolas a empresários(as) da educação. A APP segue mobilizada para derrotar novas investidas contra a educação pública.

#AESCOLAÉNOSSA!

Diga **NÃO** à privatização da escola pública no Paraná



Desbarbarizar a educação, uma tarefa urgente na superação da violência escolar

Um adolescente move-se entre duas escolas da pequena cidade de Aracruz (ES). Nas mãos duas armas que foram usadas na direção de educadores(as) e estudantes, matando 4 e ferindo 12. A barbárie aconteceu no dia internacional contra a violência às mulheres, 25 de novembro. As quatro mortes foram de mulheres.

O ataque teve motivação nazista. Esta ideologia, assim como o fascismo, se alimenta do ódio às diferenças, como a misoginia, o racismo e a LGBTQIA+fobia. Não é de estranhar que o ataque ocorra numa data tão simbólica e os alvos preferenciais tenham sido mulheres.

Calcula-se no Brasil que existam mais de 1.117 células nazistas, que crescem exponencialmente desde 2019*. Em 2021 eram 550 e em novembro de 2022 chegou-se a 1.100. Estes são anos do governo Bolsonaro e 2022 é marcado pela escalada de ódio com a aproximação do processo eleitoral.

Este ódio crescente se manifesta na atual sociedade e contrapõe-se a qualquer noção de solidariedade, justiça e igualdade. Este retrocesso tem sido analisado por autores como Ranciere (2014), Levitsky e Ziblat (2018) e Gallego (2018); só para citar alguns. Este é o mesmo ódio que espraia-se para um ataque sistemático às instituições, à democracia e chega a escola e seus sujeitos.

Estes discursos e atos negam a outra pessoa como um sujeito de diferenças, principalmente quando estas diferenças concorrem com o habitus (BOURDIEU, 1984) da branquitude, da heterossexualidade, da submissão das mulheres, do fundamentalismo cristão. O habitus é um princípio de ação, são estruturas interiorizadas geradoras de representações e práticas que estes grupos, e o campo social que os constitui, buscam disputar na sociedade.



Foto: APP-Sindicato

A violência é um fenômeno complexo que não se explica tão somente pelos discursos de ódio, mas não há dúvidas que estes discursos alimentam ainda mais este fenômeno social reconhecidamente multifacetado. No caso das escolas, ele alimenta as agressões físicas, a intolerância, o preconceito e as formas como os sujeitos são “maltratados, menosprezados e violentados por aparência física, cor, orientação sexual, ou também pela violência psicológica, geralmente mais sutil, mas igualmente maléfica para a formação e constituição da subjetividade e identidade” (SILVA E BITTENCOURT, 2019, p. 124) destes mesmos sujeitos.

A escola, que deveria ser espaço civilizatório, de humanização, diversidade, encontro e de convivência, transforma-se em espaço de agressão, de intolerância, preconceito, de negação do outro(a), de bullying. Antagônica à civilização que se quer

construir, está a barbárie; um retrocesso a Auschwitz, como experimentamos nos casos extremos de Aracruz (2022), como foi em Suzano (2019), ou ainda, em Columbine (1999) nos EUA.

É urgente e necessário desbarbarizar a educação (ADORNO, 2000). A barbárie, “continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão”; isso porque a pressão social, como é o caso brasileiro, em que um governo com evidentes tendências fascístóides impelia as pessoas “em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz” (ADORNO, 2000, p.119).

Para desbarbarizar a educação e superar a violência escolar é preciso colocar o problema como efetivamente ocorre. Admitir a existência do problema da violência, do preconceito, do bullying, é o início do caminho para buscar alternativas de

enfrentamento para estas situações. Também é necessário que a escola seja tomada pelo sentido democrático e emancipador; uma educação para a emancipação, até porque não há democracia sem emancipação (ADORNO, 2000).

Por último, deve-se efetivamente construir uma escola humanizada-humanizadora e de qualidade social, no sentido apontado por Freitas (2022), da crítica às atuais relações sociais de exclusão, produção de desigualdades e alienação e, portanto, violentas desde sua origem capitalista, e na capacidade de se construir mais humanização. Uma educação verdadeiramente humanizante (ADORNO, 2000), que seja, antes de tudo, uma educação para contradição e resistência, e que se realiza no exercício radical e cotidiano de novas relações solidárias de reconhecimento da outra pessoa, múltipla e diversa. Neste sentido, a escola não pode se furtar da sua função social, bem como precisamos de um currículo escolar voltado à superação dessas relações sociais pautadas pelas diferentes violências.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
FREITAS, Luiz Carlos. **Anotações sobre a conjuntura e a política educacional**. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/page/2/>. Texto de debate na ANFOPE – em 28/03/2022.
GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política. A reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
LEVITSKY, Steven e ZIBLAT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
RANCIERE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
SILVA, Anilde Tombolato Tavares da e BITTENCOURT, Cândida Alayde de Carvalho. Os traços fascistas por trás do preconceito, violência e bullying na escola. IN: **Revista Devir Educação**. Universidade Federal de Lavras - UFLA, Lavras, vol.3, n.1, jan./jun., 2019 pp. 116-126.

* <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quatro-fatores-que-explicam-o-avanco-do-neonazismo-no-brasil/>

Sugestões culturais e pedagógicas

Mãos Dadas

Carlos Drummond de Andrade

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer,
a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas
nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes, a vida presente.*

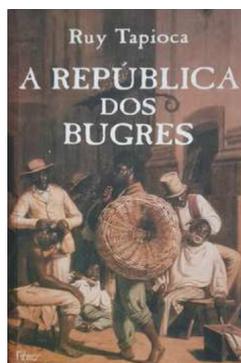
ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética** – 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 108)

Neste poema, o eu-lírico exorta o(a) leitor(a) sobre a necessidade de estarmos unidos, por mais difícil que isso possa ser. Ele conhece a realidade e esta realidade é a do tempo presente, da vida presente. Que é necessário fugirmos do individualismo (“não serei o cantor de uma mulher, de uma história”) e olharmos para o coletivo, de forma esperançosa e solidária.

PROVOCAÇÃO: Mas, qual presente seria este para nós, educadores e educadoras?

Esta é a reflexão que propomos aqui. Porém, pensando também nas mudanças (plataformizações, terceirizações) que ocorreram dentro da escola, sobretudo nos últimos dois anos e em que medida elas podem impactar e atravancar nosso fazer educativo neste ano letivo de 2023.

A república dos bugres



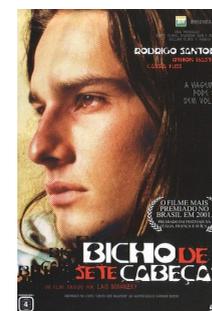
TAPYOÇA, Ruy. **A república dos bugres**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

Dois enjeitados: Quincas (um suposto filho bastardo de Dom João VI) e Jacinto Venâncio (ex-escravo que virou padre) são os protagonistas dessa ficção histórica que retrata um Brasil desde a chegada da Família Real (1808) até a Proclamação da República (1898). Misturando personagens ficcionais e reais, o autor faz uma excelente análise da formação do povo brasileiro. Foram mais de dois anos de pesquisas bibliográficas para que uma crítica social fosse feita pela voz dos(as) excluídos(as) a fim de aguçar o leitor a saber o que é ficcional e o que é real.

Dessa forma, vamos desvendando uma história do Brasil não contada oficialmente, pois “temos de saber o que fomos, para saber o que seremos.” (Paulo Freire).

Destaque à parte é a linguagem impecável, com fortes doses de humor e ironia, além das expressões populares de época e a mistura de personagens picarescos (reais e ficcionais) em situações hilárias num Rio de Janeiro retratado nos mínimos detalhes.

Bicho de Sete Cabeças



Ficha Técnica: 2000 / Brasil / 1h14 / Drama. Direção: Laís Bodanzky / Roteiro: Luiz Bolognesi. Elenco: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Caco Ciocler, Luís Padilha, Cássia Kiss.

Um relacionamento difícil entre pai (Seu Wilson) e filho (Neto), com vazios que aumentam a cada situação protagonizada por ambos, é o início desse drama que culmina com o internamento de Neto num manicômio por causa de um baseado. Lá, o jovem vivenciará os dramas e a realidade aterrorizante de um local que vai devorando suas vítimas através de abusos físicos e psicológicos.

Inspirado no relato de Austregésilo Carrano Bueno, **Canto dos Malditos**, (1990), o filme aborda o descaso, a violência e a crueldade para com qualquer pessoa não se encaixe nos padrões morais e comportamentais da sociedade dos ditos “cidadãos de bem”. O autor passou três anos dentro de instituições de recuperação e manicômios brasileiros. Rodrigo Santoro interpreta Neto. Ele saltou de rostinho bonito de galã de novelas para o status de um ator completo ao protagonizar a obra, que, duas décadas depois, continua extremamente atual e necessária, pois pode desencadear outras discussões, além da saúde mental: preconceito, machismo, homofobia e, sobretudo, a necessidade de diálogo entre pais e filhos.

Aponte a câmera de seu celular para os Qrcodes abaixo e confira algumas publicações anteriores das Edições Pedagógicas produzidas pela APP-Sindicato:

Edição 2022



Edição 2021



Edição 2020



Edição 2019

